



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- E M E R J -
PROVA DE SELEÇÃO - CP I - 1º SEMESTRE/2012

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA
MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

6 DE NOVEMBRO DE 2011

I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Morador de rua, de 13 anos de idade, que se recusa a ser levado para instituição de abrigo, pode ser algemado em face dos termos da Súmula Vinculante nº 11: “Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.”? **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Dispõe a Constituição Federal no art. 210, §1º, que “o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.

Pode a autoridade educacional optar pelo ensino somente de religião que congrega mais de 80% (oitenta por cento) dos alunos de determinada escola? **(máximo de 20 linhas)**

II - DIREITO CIVIL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

A empresa Y, de compra e venda de veículos, alienou para Juarez uma motocicleta ano 2011, pelo preço total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). O comprador pagou em espécie o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo o restante quitado com a transferência para a vendedora de uma motocicleta ano 2005, dada com parte do pagamento (valor de cinco mil reais). O negócio foi realizado em 18 de março do corrente ano. Ocorre que, em 25 de setembro de 2011, a empresa vendedora constatou, através de exame pericial, que a motocicleta dada como parte do pagamento possuía chassis adulterado.

A vendedora ajuíza, em 20 de outubro do mesmo ano, ação em face de Juarez pretendendo a devolução da motocicleta dada como parte do pagamento, bem como o pagamento do valor da mesma (R\$ 5.000,00) em dinheiro, acrescido de juros de mora e correção monetária desde a data da realização do negócio. Destaque-se que Juarez desconhecia o fato de que a motocicleta possuía chassis adulterado.

Resposta: Qual o fundamento legal utilizado pela empresa Y para embasar o seu pleito judicial? Você, como decidiria a questão? **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Cascola Ltda. ajuíza ação de cobrança em face de Drogaria Mangabeira Ltda., pretendendo o recebimento de dívida decorrente da venda de produtos alimentícios, conforme notas fiscais que se encontram acompanhadas dos respectivos comprovantes de entrega de mercadorias.

Em contestação, a ré argumenta que não realizou a referida compra porque seu comércio é de medicamentos e não de gêneros alimentícios. Que não há qualquer interesse em adquirir gêneros alimentícios, negando o recebimento das mercadorias. Argumenta ainda no sentido de não reconhecer as assinaturas constantes das notas fiscais, que atestariam o recebimento das mercadorias.

Durante a instrução, restou comprovado que a venda foi efetuada para uma padaria pertencente aos mesmos sócios da drogaria ré e que ambas as partes assim procederam porque a padaria, na ocasião do negócio, se encontrava com restrições financeiras que a impediam de proceder à referida compra. Restou provado também que as mercadorias foram efetivamente entregues na padaria.

Decida a questão levando em consideração as provas produzidas. **(máximo de 20 linhas)**

III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Foi proposta uma demanda em face do Município do Estado do Rio de Janeiro, perante um dos Juizados Especiais Fazendários, que foram criados pela Lei nº 12.153/09. O magistrado lotado neste juízo, ao analisar os termos da petição inicial, deferiu de ofício a concessão da antecipação dos efeitos da tutela.

Indaga-se: há violação do princípio dispositivo nesta hipótese concreta? **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Determinada instituição financeira interpôs recurso especial perante a 3ª Vice-Presidência do TJ-RJ, para impugnar acórdão proferido por um dos órgãos integrantes deste mesmo Tribunal. Ocorre que existem diversos outros recursos especiais que abordam o mesmo tipo de questão, o que configura multiplicidade de recursos idênticos e permite a aplicação do disposto no art. 543-C do CPC. Deste modo, o Tribunal inferior selecionou o recurso interposto por esta instituição financeira como representativo da controvérsia e apenas o encaminhou ao STJ.

Indaga-se: de acordo com a mais recente jurisprudência do STJ, é possível que o recorrente venha a desistir do recurso selecionado nos termos do art. 501 do CPC? **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Foi proposta uma execução por título executivo extrajudicial em face de determinado devedor solvente. Este, ao ser citado, apresenta ao juízo petição intitulada “exceção de pré-executividade”, em que afirma e comprova que o exequente, de forma alguma, possui título executivo hábil para deflagrar este processo.

Caso o magistrado, depois de prestigiar o contraditório da parte contrária, realmente estiver convencido do acerto da tese apresentada pelo executado, como deverá decidir quanto aos rumos da execução? **(máximo de 20 linhas)**

IV - DIREITO EMPRESARIAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Alceu é beneficiário de uma nota promissória emitida por Tuntum no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que lhe foi endossada por Tércio, com aval em branco de Sophia. O vencimento ocorreu em 30/9/2007. Em 30/9/2011, Alceu, após infrutíferas tentativas de cobrança amigável, decide ajuizar ação cambial em face de Tuntum, Tércio e Sophia.

Pergunta-se:

- a) A quem beneficia o aval em branco? Dê o respaldo legal.
- b) É viável a ação cambial para a cobrança da nota promissória, segundo os dados do enunciado? Fundamente com amparo legal e indique, caso entenda pela inviabilidade, qual a ação apropriada e os legitimados passivos.

(máximo de 20 linhas)

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Lya Louanda é um escritora famosa e consulta sua advogada para lhe esclarecer a seguinte dúvida: deseja constituir uma pessoa jurídica para receber os direitos autorais a que ela faz jus pelos livros que escreve, mas não deseja ter nenhum outro sócio.

A advogada responde que, por ser a atividade da escritora não empresarial, isto não seria possível, sendo compulsória a constituição de uma sociedade com, pelo menos, mais uma pessoa natural ou jurídica.

Está correta a resposta dada pela advogada? **(máximo de 20 linhas)**

V - DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Que crime ou crimes se vislumbra (m) na seguinte notícia:

“Xerxes, depois de levar sua namorada Felisbina, de 13 anos, a um motel, e com ela manter conjunção carnal e, posteriormente, obrigando-a a praticar outros atos libidinosos, tudo contra a sua vontade, a fotografa transando e em posições e situações eróticas, ameaçando-a de colocar estas fotos na Internet, caso o denuncie. A mesma conta o ocorrido a seus pais, que levam o fato ao conhecimento da autoridade policial, e Xerxes, por vingança, divulga as fotografias que assim tirou, com as cenas de sexo explícito, nos sites “Youtube” e “Facebook”, afirmando-a uma prostituta”. **(máximo de 20 linhas)**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Atente para a seguinte notícia de jornal:

“A autoridade policial da Delegacia de Roubos e Furtos apreendeu ontem, na residência de Josefa da Silva, no conjunto residencial “Cruzeiro do Sul”, um equipamento de som e uma TV de plasma que lhe haviam sido dados de presente por seu amante “ Fininho”, notório assaltante que atuava em golpes de “saidinhas de Banco”. Os bens haviam sido comprados na loja Ricardo Eletro. Josefa alegou inocência por desconhecer as atividades ilícitas de “Fininho”.

- a) É ela receptadora, para efeitos do art. 180 do CP? Sua conduta poderia ser considerada culposa?
- b) A situação se alteraria se ela soubesse das atividades ilícitas de seu amante?

(máximo de 20 linhas)

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

- a) Qual a diferença entre roubo e extorsão?
- b) Se o assaltante arranca o relógio do motorista de táxi e, ato contínuo, o obriga entregar a “féria” do dia, que crime ou crimes está (ão) caracterizado (s) ?
- c) Que crime ou crimes pratica o passageiro que, para não pagar a corrida de táxi, intimida o motorista?
- d) E aquele, dono do táxi, que obriga o motorista a lhe pagar a “diária” do referido veículo que lhe havia sido entregue em locação, apontando-lhe uma faca?

(máximo de 20 linhas)

VI - DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

No dia 19.04.2007, por volta das 16:00 horas, na rua dos Andradas, nº 29, Centro, nesta cidade, João desferiu dois tiros de revólver contra Pedro e Paulo, causando-lhes lesões corporais, que determinaram a morte dos dois, dez dias após. Pedro faleceu no Hospital Miguel Couto, no Rio de Janeiro, e Paulo, no Hospital das Araras, na Comarca de Petrópolis, para onde foi removido.

Pergunta-se: qual o juízo competente para o processo e julgamento de João e qual (ais) teoria(s) adotada(s) pelo nosso sistema, em casos tais. Resposta justificada. **(máximo de 20 linhas).**

2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Há contraditório anterior ao juízo de admissibilidade da acusação no ordenamento processual penal brasileiro? Resposta justificada. **(máximo de 20 linhas)**

3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Adriana, depois de ter praticado crime de homicídio, por sua própria vontade, comparece ao juiz em exercício na Comarca para relatar o ocorrido. Apesar do fato de Adriana, ambulante conhecida na cidade, já ter sido condenada por um crime de furto, o magistrado reconheceu o direito à liberdade da mesma, embora houvesse pedido de prisão pelo Ministério Público, que pretendia, com isso, assegurar a ordem pública, ameaçada em razão da gravidade do crime.

Indaga-se: agiu corretamente o magistrado? Fundamente a resposta. **(máximo de 20 linhas)**

VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

- QUESTÃO ÚNICA (10 PONTOS)

Ariane, diante de propaganda de um televisor 3D, com divulgação em destaque do preço parcelado em dez vezes sem juros e dois anos de garantia, decidiu realizar a compra do produto. Ocorre que, após dois anos e sete dias da aquisição, o televisor apresentou um vício que impedia Ariane de controlar o volume do aparelho.

Atenta ao fato de que a garantia contratual é complementar à garantia legal, Ariane se dirigiu ao revendedor e ao fabricante pleiteando que o vício fosse sanado. Ocorre que ambos alegaram que a garantia de dois anos englobava tanto a contratual quanto a legal, conforme constava da alínea “d” do item 7 do tópico III do manual do usuário.

Assiste razão aos fornecedores? Explique. **(máximo de 20 linhas)**

VIII – LÍNGUA PORTUGUESA - REDAÇÃO : (40 PONTOS)

Leia com atenção o texto a seguir:

Os 23 anos da Constituição

Na última quarta-feira (5/10) nossa Constituição Federal completou 23 anos de existência. Nascida por meio de Assembleia Constituinte instalada em 1987, foi fruto de um trabalho de cerca de quase um ano e meio de discussões, sendo sagrada, quando de sua promulgação, como a constituição-cidadã. Contudo, o tempo demonstrou o contrário.

Se revolvermos a memória ou os livros de pesquisa, poderemos constatar que a primeira questão surgiu logo de início, com a promulgação da emenda constitucional 26/85, que convocava a criação da Assembleia Nacional Constituinte, por meio de eleição, a qual serviria para escolher deputados e senadores constituintes. Todavia, esquecendo-se o legislador de que tal assembleia deve funcionar como uma espécie de marco zero na vida constitucional de um país, manteve no cargo um terço dos senadores que já estavam empossados de acordo com as regras anteriores. Logo, a assembleia não era assembleia, mas sim um congresso constituinte.

Mas o sonho era mais forte e o desejo de renovação mais intenso. Iniciaram-se os trabalhos. As discussões atingiram níveis incalculáveis, alcançando alguns disparates, os quais demonstravam que alguns congressistas desconheciam até mesmo a história do país e sua tradição cultural. Todo ordenamento é fruto de uma relação entre cultura e sociedade, desenvolvendo-se esta sobre suas estruturas. Mas isto muitos esqueceram.

As esperanças ainda eram muito fortes e os anseios populares ecoavam impetuosamente após tão longos anos de ideais reprimidos. Houve a apresentação do relatório final, houve a votação e a subsequente promulgação. A esperança ainda se fazia presente e ela foi considerada a mais democrática de todas as constituições, muito embora, a começar de sua leitura, posto existir mais de duzentos artigos, com incisos e parágrafos, a atividade de interpretá-la não fosse simples e sua concretização fosse considerada de relativa dificuldade, porque havia um conjunto normativo de programas e de institutos com os quais não se sabia muito bem trabalhar ainda.

Se a esperança já se encontrava então oscilante, foi completamente enterrada poucos anos depois de sua promulgação, com a entrada da então nova década, uma vez que o governo executivo constituído da efetivação de outro sonho — a escolha popular do primeiro representante administrativo da nação — fez impiedoso e constante uso de um instrumento legislativo trazido à luz pela Constituição, possivelmente por um descuido, já que tanto se criticava o chamado decreto-lei, que eram as nascentes medidas provisórias. O sonho acabou ali, naquele limiar dos anos noventa e o país jamais seria o mesmo. A ação tornou-se tradição e hoje somos governados e regidos a torto e a direito (perdão do trocadilho) por medidas provisórias.

Além disto, o processo político, mascarado por uma suposta democracia popular, na verdade ditado por mãos desconhecidas, parte de algo também desconhecido denominado mercado, com a passagem dos anos, exigiu intensas e árduas mudanças que atingiram a Constituição em seu âmago, dessacralizando-a de sua postura de lei maior, fazendo com que decaísse a posição de uma constituição-ré. Acusada de não permitir a governabilidade, em vinte anos recebeu mais sessenta emendas e, de tão emendada e remendada, tornou-se outra coisa.

Da importância inicial restou o princípio da dignidade humana, logo no início do texto, que orienta o conjunto dos direitos fundamentais, mas que tem um conteúdo semântico aberto, transformando-se em lugar retórico comum, acentuado por um discurso desarmônico, ao qual a realidade atual insiste em desafiar. Basta perguntar, para não se esforçar muito, num país cuja carga tributária é superior a 40%, como pode o cidadão encontrar sua dignidade, se tem de trabalhar quatro meses por ano apenas para custear o Estado oriundo de sua tão desejada e ansiada Constituição.

(**João Ibaixe Jr.**, 10/10/2011, www.ultimainstancia.uol.com.br)

Após uma reflexão sobre as ideias do texto, elabore uma dissertação argumentativa, empregando entre 25 e 30 linhas, em que se discuta a seguinte questão:

O princípio da dignidade humana se tornou um discurso retórico no país das medidas provisórias?

BOA SORTE !!!!